

TEXTO PARA DISCUSSÃO

N° 100

**O comércio
exterior
industrial do
Brasil: um novo
ciclo de
crescimento?**

**Pedro da Motta
Veiga**

**Dezembro de
1994**

O comércio exterior industrial do Brasil: um novo ciclo de crescimento?

Pedro da Motta Veiga(*)

Dezembro, 1994

(*) DG da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Rio de Janeiro, Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
II. AS EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS ENTRE 1970 E 1993: DESEMPENHO E FATORES CONDICIONANTES	4
2.1. As décadas de 70 e 80: da expansão acelerada à estagnação	4
2.2. A evolução recente das exportações industriais: um novo ciclo de crescimento?	7
III. AS IMPORTAÇÕES INDUSTRIAIS NA DÉCADA DE 90: DESEMPENHO E CONDICIONANTES	10
3.1. Liberalização comercial e crescimento das importações	12
3.2. O ajuste estrutural da indústria e a liberalização comercial	14
IV. CONCLUSÕES	16

I. INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das exportações de produtos manufaturados, a partir dos anos 70, tem sido o aspecto mais ressaltado na análise recente das tendências do comércio exterior brasileiro. Ressalta-se, nestes trabalhos (Veiga, 1991; Pinheiro, 1993; Nonnemberg, 1991; e BNDES, 1993, entre outros) a evolução da especialização internacional do Brasil, a participação da indústria brasileira nos mercados internacionais e os fatores que condicionaram o desempenho exportador da indústria durante os anos 70 80 (Bonelli, 1992).

As importações receberam atenção muito menor, como objeto de análise. De fato, no bojo de políticas de ajustamento do setor externo introduzidas no início dos 80, as importações foram sistematicamente desestimuladas pela evolução conjunta da taxa de câmbio real e das restrições, principalmente não tarifárias, ao comércio. Em consequência destas medidas, o coeficiente de importações da indústria brasileira se reduziu, entre 1975 e 1985, de 9,8% do produto para 4,2%, atingindo, neste último ano, um valor máximo de 9,2% para o setor de material elétrico e de comunicações (em 1975, este percentual era de 24,5%). Para dez dos vinte e um setores da indústria, o coeficiente de importações situava-se, em 1995, abaixo de 2% do valor da produção.

O objetivo deste trabalho é analisar alguns aspectos da evolução recente do comércio brasileiro de manufaturas. Os anos 90 assistem a algumas evoluções que, no plano das políticas governamentais e do ambiente externo, parecem ter determinado a reversão de algumas tendências que se consolidavam na segunda metade dos anos 80.

De fato, se as exportações de manufaturados cresceram 20,9% ao ano, entre 1974 e 1984, entre este último ano e 1991, as taxas de crescimento reduzem-se a 1,8%, em que pese a expansão sustentada no comércio mundial no período. Contrastando com o ganho de market-share observado pelas exportações brasileiras no período 1979/1985, no mercado externo, o quinquênio 1975/1990 registra perda de posição no mercado internacional por parte de praticamente todos os setores industriais brasileiros (BNDES, 1993).

A primeira metade dos anos 90 vem indicando uma reversão desta tendência à estagnação das exportações de manufaturas: de 1991 a 1993, estas exportações cresceram 17,2% ao ano e as manufaturas, cuja participação na pauta de exportações brasileiras se havia estabilizado, a partir de 1984, no patamar de 55%, voltam a apresentar aumento, representando, em 1993, 60,8% do valor total exportado pelo Brasil (ver Quadro 1).

Os ganhos de produtividade obtidos pela indústria neste período e a desvalorização real da moeda brasileira entre 1989/1990 e 1992/1993 explicariam, juntamente com a liberalização comercial empreendida a partir de 1990 e com a evolução da integração sub-regional no Mercosul, este desempenho exportador. Tão importante quanto o desempenho global das exportações é a evolução recente de sua composição setorial, em que adquirem destaque indústrias que vinham perdendo participação nas exportações brasileiras e nos mercados internacionais na segunda metade dos 80: material de transporte e elétrico, entre outros.

Pelo lado das importações, a liberalização comercial levada a efeito a partir de 1990 - com a entrada em vigor de um cronograma de redução de tarifas (concluído em 1993) e a imediata eliminação de barreiras não-tarifárias de fronteira (border NTBs) - e, em bem menor grau, o processo de integração sub-regional explicam o crescimento de 55% observado nas importações industriais do Brasil entre 1989 e 1993. O gradualismo e os limites de liberalização, a retração da demanda doméstica durante o período de abertura e a desvalorização cambial ocorrida entre 1990 e 1993 atenuaram os efeitos das mudanças regulatórias sobre as importações, permitindo à indústria ajustar-se em condições de concorrência restrita (Veiga, 1994) e, até o momento, capturar os principais benefícios da abertura (ver, no Quadro 2, alguns indicadores da evolução da competitividade dos diferentes setores da indústria brasileira entre 1988 e 1992).

Para discutir estas questões, analisa-se, na Seção II, a evolução das exportações industriais brasileiras nos anos 80 e início dos 90. Na Seção III, são discutidos o processo de liberalização comercial empreendido no início desta década e seus impactos sobre os fluxos de comércio exterior do Brasil. Na Seção IV, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

II. AS EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS BRASILEIRAS ENTRE 1970 E 1993: DESEMPENHO E FATORES CONDICIONANTES

2.1. As décadas de 70 e 80: da expansão acelerada à estagnação

O acelerado crescimento das exportações da indústria brasileira entre 1970 e 1988 traduz principalmente o aumento das quantidades exportadas. De fato, entre 1974 e 1988, o índice de preços das vendas externas de manufaturados (1980 = 100,0) aumenta de 66,0 para 102,8 (ou seja, 55,8%), enquanto o índice de *quantum* passa de 39,1 para 206,1, crescendo 427,1% no período.

Do ponto de vista da composição da pauta de exportações industriais, há uma crescente participação de produtos siderúrgicos, de celulose, de calçados, material de transporte, material elétrico e bens de capital ao longo de toda a década de 70. Durante os anos 80, o desempenho exportador dos setores dinâmicos na década anterior varia significativamente, ao mesmo tempo em que outros setores industriais ganham participação na pauta de exportação.

De fato, siderurgia e celulose continuam a expandir sua participação nas exportações, a estes setores se agregando os produtores de bens químicos e plásticos e de papel. Em contrapartida, setores como material de transporte, bens mecânicos de capital e material elétrico - entre os mais dinâmicos do comércio mundial nos anos 80 - perdem posição ao longo desta década, depois do crescimento experimentado nos 70.

Ao longo dos anos 80, observa-se que as exportações industriais brasileiras parecem se especializar crescentemente naqueles setores cuja competitividade depende essencialmente da disponibilidade de uma ampla base de recursos naturais, potencializada muitas vezes por escalas eficientes de produção na geração de bens intermediários (celulose e papel, siderurgia, alumínio, entre outros).

Alguns estudos recentes convergem em torno desta constatação, apontando a elevada participação de produtos intensivos em recursos naturais na pauta de exportações brasileiras e, em especial, entre aqueles com melhor desempenho exportador nos anos 80 (ver quadro 3). BNDES (1993) classifica os 100 produtos brasileiros com maior participação no mercado mundial em 1990, segundo a intensidade de uso de recursos naturais. Excluindo-se os produtos primários, tem-se que 72% das principais manufaturas exportadas pelo Brasil são consideradas commodities, sendo que 14% foram identificadas como manufaturas baseadas em recursos naturais e outros 14% como manufaturas não baseadas em recursos naturais.¹

Por outro lado, a participação conjunta de material de transporte, bens de capital mecânicos e material elétrico na pauta declina durante os anos 80 (de 36,2% para 33,2%, entre 1979 e 1990), confirmando o baixo dinamismo destas exportações que concorrem em mercados onde a capacidade de inovação e/ou de diferenciação de produto são atributos essenciais da competitividade internacional.

Na realidade, estes setores estiveram entre os principais beneficiários da agressiva política de incentivo às exportações adotada a partir de 1981. Em 1982 e 1983, estes três setores absorveram cerca de 45% dos incentivos totais às exportações² e o caráter discriminatório dos incentivos fica particularmente "evidente no caso de material de transportes e de material elétrico, já que suas participações na pauta não chegam à metade das parcelas respectivas nos dispêndios com incentivos"³ (Pinheiro et alli, 1994).

Não surpreende, portanto, que estes setores tenham estado entre os mais afetados, em termos negativos, pela "perda de significância" da política de incentivos às exportações, que se observa a partir de 1987, em função do agravamento da crise fiscal do Estado brasileiro e da pressão dos parceiros comerciais sobre o uso, pelo Brasil, de subsídios às exportações (Pinheiro et alli, 1994).

A crescente concentração das exportações brasileiras em setores industriais que utilizam intensivamente recursos naturais é portanto, o principal traço do desempenho exportador brasileiro, em termos de composição setorial da pauta, nos anos 80.

¹O estudo referido admite dificuldades na classificação de produtos segundo a intensidade de uso de recursos naturais. São consideradas commodities manufaturadas os produtos gerados "através de processos industriais que representam um beneficiamento de uma matéria-prima básica e/ou possuem tecnologia amplamente difundida, podendo ser intensivos em escala, além de intensivos em recursos naturais, como nos casos do alumínio bruto, dos produtos siderúrgicos, dos derivados de petróleo e petroquímicos básicos" (BNDES, 1993).

²Foram consideradas neste conceito todas as medidas que favorecem as exportações vis à vis das vendas internas e não apenas os subsídios eventualmente existentes.

³Cabe observar, conforme o mesmo estudo, que os setores mais incentivados coincidem, em certa medida, com aqueles mais protegidos pelas tarifas de importação.

Neste mesmo período, a distribuição regional das exportações industriais passa por significativas alterações, em relação ao padrão que havia emergido da década de 70. Crescem, nos anos 80, as participações dos mercados representados pela Comunidade Européia, EUA e Canadá, Japão e os quatro NICs da Ásia Oriental: de 48%, em 1980, estes mercados passam a representar 67%, em 1990. As parcelas correspondentes a países latino-americanos (24,8%, em 1980, e 13,4%, em 1990) e a outros países em desenvolvimento (Oriente Médio e África, em especial) apresentam quedas significativas ao longo da mesma década.

Há seguramente uma interação entre as tendências verificadas na composição setorial da pauta e aquelas observadas na distribuição regional das exportações industriais: os países em desenvolvimento têm peso relativamente elevado enquanto mercados para os produtos manufaturados brasileiros não intensivos em recursos naturais. Perda de participação nestes mercados e redução do dinamismo das exportações de material de transporte, bens mecânicos de capital e material elétrico, parecem ser, neste sentido, fenômenos correlacionados.

Ainda assim, no final da década, os países latino-americanos (exclusive México) eram aqueles onde as exportações brasileiras apresentavam maior participação nos mercados (market-share). Conforme o Quadro 4, na média do biênio 1989/1990, as exportações brasileiras - exclusive petróleo - representavam 6,6% das importações destes países, contrastando este percentual com aqueles observados para o caso da Europa Ocidental e do NAFTA (2,34%, em ambos casos) e do Mundo (1,1%). Ademais, somente no caso dos países latino-americanos, o market-share das exportações brasileiras apresenta crescimento positivo na segunda metade da década, especialmente no caso dos produtos metalúrgicos e de material de transporte.

A concentração dos ganhos de market-share nos poucos dinâmicos mercados latino-americanos, o crescente peso das commodities na composição da pauta de manufaturas exportadas e a perda de posição observada nos mercados que tiveram maior crescimento na segunda metade dos anos 80 (os dos países da OCDE) parecem explicar a perda de dinamismo das exportações manufatureiras do Brasil. Estudos baseados no modelo de constant-market share identificam contribuições negativas dos efeitos e composição da pauta e destino das exportações para o crescimento das vendas externas de produtos industrializados. No plano doméstico, a apreciação da taxa de câmbio real no período, o crescimento negativo da produtividade e a elevação dos custos unitários de trabalho ajudam a explicar a evolução pouco dinâmica das exportações de manufaturas (Bonelli, 1992).

Por outro lado, o crescimento do comércio mundial e seus efeitos positivos sobre os preços internacionais de produtos industrializados exportados pelo Brasil contribuíram para compensar parcialmente este conjunto de tendências desfavoráveis: os índices de preços das exportações de manufaturados cresceram cerca de 20% entre 1984 e 1990 e o valor do total destas exportações expandiu-se apenas 12,6% no período, indicando que os índices de *quantum* reduziram-se em 5,2%. De forma compatível com estes resultados, os estudos acima referidos concentram no efeito crescimento do

comércio mundial o essencial da contribuição positiva ao aumento das exportações industriais brasileiras na segunda metade dos 80⁴.

O crescimento das exportações industriais durante as décadas de 70 e 80 alterou a propensão a exportar de diversos setores, embora não se deva negligenciar, para o caso dos anos 80, os efeitos do baixo dinamismo da demanda doméstica sobre o desempenho exportador (ver Quadro 5).

Assim, em 1970, apenas três setores industriais extremamente intensivos em recursos naturais apresentavam coeficientes de exportação (ratio exportações/produto) superiores a 10%: fumo, madeiras e couros e peles. Em 1980, a estes três setores vieram se agregar outros quatro: produtos alimentares, mecânica, material de transporte e papel. Em 1985, o número de setores com coeficiente de exportação superior a 10% passa a onze, incluindo adicionalmente àqueles já presentes em 1980, os setores metalúrgico, químico, de produtos de borracha e de vestuário e calçados. Neste ano, o coeficiente global de exportação da indústria atinge seu nível mais elevado nas duas décadas consideradas: 12,8%, contra 4,5%, em 1970, 9,7%, em 1980 e 9,3%, em 1990.

Em 1990, dois dos onze setores com ratio exportações/produção acima de 10% em 1980 caem abaixo deste patamar: são eles os de mecânica e borracha. Ademais, reduzem-se os coeficientes de praticamente todos os setores que se mantêm acima dos 10%: as exceções ficam por conta de metalurgia, papel e couros e peles, o que é coerente com a evolução do perfil de especialização da indústria brasileira, crescentemente concentrado em setores intensivos em recursos naturais.

2.2. A evolução recente das exportações industriais: um novo ciclo de crescimento?

Nos anos recentes, os dados de exportação de manufaturas indicam que, a partir de 1991, se vem processando uma reversão nas tendências observadas na segunda metade dos anos 80.

Esta reversão é observada em três dimensões:

- ◆ Na evolução do valor total das exportações de manufaturas;
- ◆ Na composição da pauta; e
- ◆ Na distribuição regional dos mercados de exportação.

No que se refere ao valor das exportações de manufaturas, este cresce 37,4% entre 1991 e 1993 ou seja, 17,2% ao ano, contra uma taxa anual de 1,8% entre 1984 e 1991 - aproximando-se, neste período, da taxa anual de crescimento observada entre 1974 e 1984 (20,9%).

⁴Bonelli (1992) sugere que ganhos de produtividade obtidos no plano micro econômico e o efeito histerese, associado a custos irre recuperáveis (sunk costs) incorridos pelas empresas para penetrar nos mercados externos, poderiam estar na origem da manutenção de um fluxo importante de exportações industriais, em que pese a deterioração de suas condições de rentabilidade.

Trata-se de crescimento do valor total a partir do aumento das quantidades exportadas, uma vez que os índices de quantum de exportação de manufaturados cresceu 71,0%, entre 1991 e 1993, ao passo que os índices de preço caíram 17,0% no período. Para os produtos industrializados - que incluem manufaturados e semimanufaturados⁵ - o comportamento observado não é diferente: o índice de quantum cresceu 65,2%, enquanto o de preços reduziu-se em 16,3%.

Há, portanto, no comportamento de preços e quantidades, reversão de tendência entre os períodos 1988/1991 e 1991/1993: neste último período, ao contrário do que o antecedeu, mas à semelhança do que caracterizava a exportação brasileira de manufaturados entre 1970 e 1988, as quantidades voltam a sustentar o crescimento das exportações e o aumento das quantidades é suficiente para reintroduzir dinamismo no desempenho exportador da economia brasileira.

A taxa de câmbio real frente ao dólar, no período entre 1990 e 1992/1993 (média bianual) aumentou em 23,6% e este fator certamente terá contribuído para a aceleração do crescimento das exportações. Neste último período, porém, é necessário levar em consideração a evolução de algumas variáveis estruturais (ver Quadro 2), entre os quais a produtividade e o custo unitário do trabalho.

Entre 1988 e 1992, a produtividade horária do trabalho cresceu à taxa de 4,5% ao ano, revertendo tendência de queda verificada no período imediatamente anterior (-0,76% ao ano, entre 1984 e 1988) (Amadeo e Villela, 1994). Em 1993 e 1994, esta tendência se manteve, principalmente em setores como os de material elétrico, material de transporte, papel e papelão, metalurgia, produtos alimentares, mecânica e química.

No que se refere ao custo unitário do trabalho, este se reduziu ligeiramente - pois os salários reais horários também cresceram - mas de forma mais sensível naqueles mesmos setores onde se verificou um maior crescimento no ratio exportações/produção, entre 1988 e 1992. Os setores que lograram combinar aumentos expressivos neste ratio com reduções ou relativa estabilidade no custo unitário de trabalho incluem alguns dos que vinham perdendo posição na pauta de exportações brasileiras e nos quais o país vinha experimentando, ao longo dos anos 80, erosão em seus indicadores de especialização: material elétrico, material de transporte, perfumaria (produtos de higiene e beleza) e plástico. Tem-se aí uma primeira indicação de que alguns dos setores mais afetados pela perda de competitividade das exportações brasileiras observada na segunda metade dos anos 80 começaram a reverter o quadro negativo em que concluíram aquela década. A composição setorial das exportações começou, em 1993, a registrar as implicações desta evolução.

De fato, no que diz respeito a esta segunda dimensão em que se opera, no início dos 90, reversão positiva das tendências que pareciam se consolidar na segunda metade dos 80, bens mecânicos de capital, material elétrico e de transporte, plásticos e borracha voltam a experimentar, entre 1991 e 1993, crescimento em suas participações na pauta de exportações de produtos industrializados. Ao contrário, produtos das indústrias química e metalúrgica perdem posição, em relação à evolução observada nos

⁵Os semimanufaturados incluem celulose, produtos siderúrgicos semi-elaborados, óleo de soja e outros, representando, em 1993, 14,2% da pauta total de exportações do Brasil.

anos 80. Três setores fortemente afetados pela redução dos incentivos às exportações - bens mecânicos de capital, material elétrico e material de transporte - tiveram um crescimento conjunto de suas exportações equivalente a 43,1%, entre 1991 e 1993, tendo sua participação no total da pauta passado de 16,6% para 19,4%, no período. Evolução semelhante se observa com setores como as de plásticos, perfumaria e sabões e outros derivados da indústria química.

Os dados da evolução setorial da produtividade horária e dos custos unitários do trabalho, bem como do ratio exportações/produto, apresentados no Quadro 2 revelam que os resultados mais positivos foram obtidos em setores fortemente beneficiados pelo sistema de incentivos à exportação e de proteção à produção doméstica, consideravelmente reforçado na primeira metade dos anos 80.

Estes ajustes estruturais estariam sustentando não só um aumento da propensão a exportar destes setores - erodida na segunda metade dos 80 pela desmontagem do sistema de incentivos à exportação - mas também o crescimento da participação destes setores na pauta de exportações brasileiras, revertendo, quiçá conjunturalmente, a tendência à consolidação de padrão de especialização internacional essencialmente baseado na utilização intensiva de recursos naturais.

Certamente, a distribuição regional das exportações industriais também ajuda a explicar mudanças na composição setorial destas, no sentido acima apontado. A retomada do crescimento das economias latino-americanas, na década de 90, potencializa os acordos bilaterais assinados pelo Brasil com parceiros da ALADI no início dos 80, ao mesmo tempo em que o avanço do processo de integração sub-regional no Cone Sul abre, para o país, novos mercados preferenciais. Assim, em 1989, os países do Mercosul absorveram 5,1% das exportações industriais do Brasil, passando, em 1993, a 17,9%. Os demais países da ALADI respondiam por 9,0%, em 1989, atingindo, em 1993, 13,8%.

A pauta brasileira de exportação para o Mercosul e para a ALADI é concentrada nos setores químico, plástico, têxteis, bens mecânicos de capital, material de transporte e elétrico. A quase completa coincidência desta lista de setores com aquela fornecida pelo ranking setorial segundo o desempenho da produtividade, do custo unitário do trabalho e do ratio exportações/produto, no período 1988/1992, sugere que o crescimento das exportações industriais brasileiras para os países da ALADI (Mercosul, inclusive), beneficiou-se do aprofundamento dos esquemas de integração regional e sub-regional observado a partir de 1990, mas também foi alavancado - sobretudo no que diz respeito a setores onde a diferenciação de produto é um fator de competitividade - por mudanças estruturais direcionadas para o aumento da eficiência produtiva⁶.

O crescimento da participação dos países da ALADI na pauta de exportações industriais do Brasil, se fez às expensas de todos os demais mercados regionais de destino e, especialmente, dos da Europa Ocidental e da América do Norte, que se vinham expandindo ao longo dos anos 80. Isto é particularmente evidente nos setores de bens mecânicos de capital, material elétrico e de transporte, de

⁶O setor têxtil é certamente uma exceção a esta evolução. Super-representadas na pauta de exportações industriais para o Mercosul, tendo crescido quase 40%, entre 1989 e 1993, as exportações deste setor para o mundo estagnaram no mesmo período e os ganhos de produtividade foram integralmente transferidos aos salários, resultando a estabilidade no custo unitário do trabalho, em um setor intensivo em mão-de-obra.

instrumentos e aparelhos científicos e químico, conforme se pode observar no Quadro 6, que reúne setores responsáveis por 50% do valor total das exportações industriais brasileiras em 1993.

Como um resultado da recuperação do dinamismo das exportações industriais brasileiras a partir de 1991, vários setores registram, já em 1992, aumentos expressivos em seu coeficiente de exportação - aspecto a que já se fez referência neste trabalho. Entre os setores que apresentaram os maiores crescimentos no ratio exportações/produtos, pode-se ressaltar o de material elétrico (cujo coeficiente passa de 6,4% para 9,9%, entre 1990 e 1992) e o de material de transporte (de 13,1% para 18,5%), que passaram, no início da presente década por um profundo ajuste estrutural. Setores produtores de commodities manufaturadas intensivas em recursos naturais - como madeira e couro - ou produtores de bens finais intensivos em mão de obra - como vestuário e calçados - também apresentaram crescimento significativo em seus coeficientes de exportação: 40% de aumento no caso da madeira, 50% para couro e quase 100% para vestuário e calçados, entre 1990 e 1992.

III. AS IMPORTAÇÕES INDUSTRIAIS NA DÉCADA DE 90: DESEMPENHO E CONDICIONANTES

Conforme se observou na Introdução, as políticas de ajuste do balanço de pagamentos levadas a efeito na primeira metade dos anos 80 reduziram drasticamente o coeficiente de importação da indústria, levando-o de 9,8%, em 1975, para 4,2%, dez anos depois.

Setores que, em 1975, importavam o equivalente a 31,2% e 24,6% do produto - casos de mecânica e de material elétrico - reduziram, em 1985, seus coeficientes de importação para 8,6% e 9,2%, respectivamente.

A conclusão dos projetos vinculados ao programa de substituição de importações de bens intermediários (siderurgia, celulose, alumínio, química e borracha, entre outros) e de bens de capital explica boa parte desse comportamento das importações na primeira metade dos anos 80, ao lado de fatores como a redução do ritmo de crescimento econômico, a introdução de sólidas restrições não-tarifárias às importações e a desvalorização da taxa real de câmbio.

Em 1987, a tarifa nominal média (ponderada) do Brasil era de 51% e os níveis tarifários se distribuíam entre 0% e 105%, sendo a cobertura das restrições quantitativas das importações equivalente a 39%. Os primeiros esforços de reforma tarifária são feitas a partir de 1988, mas seus resultados são incipientes, dada a baixa prioridade concedida pela administração federal à liberalização comercial e a prevalência de uma concepção de política industrial em que o investimento e a produção doméstica eram incentivados através da gestão do binômio proteção/isenções de barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Em 1990, a nova administração federal faz da liberalização comercial o principal componente de sua estratégia de política industrial voltada para o aumento de competitividade da indústria. As barreiras não-tarifárias fronteiriças são eliminadas em grande parte e define-se um cronograma de reduções tarifárias

graduais, a ser implementado entre julho de 1990 e janeiro de 1994. Posteriormente, esse cronograma foi acelerado, concluindo-se sua implantação em julho de 1993.

O Quadro 7 apresenta as tarifas nominais médias (ponderadas) por setor da indústria, para o período 1990/1993. Ao final da reforma, havia sete níveis tarifários, variando de 0% a 35% e definidos segundo os critérios seguintes:

- ◆ Alíquota de 0%: produtos com nítida vantagem comparativa; produtos com proteção natural (elevado custo de transporte internacional) e commodities com pequeno valor agregado;
- ◆ Alíquota de 5%: produtos que já possuíam este nível tarifário em 1990;
- ◆ Alíquota de 10% e 15%: produtos que ao longo da cadeia produtiva utilizem um insumo básico com alíquota de 0%;
- ◆ Alíquota de 20%: produtos manufaturados em geral;
- ◆ Alíquota de 30%: para produtos da química fina e eletrônica de consumo, no caso de produtos com baixa competitividade em relação aos países asiáticos;
- ◆ Alíquota de 35%: para produtos de informática e produtos com elevado efeito de encadeamento para trás, como automóveis, caminhões, motocicletas.

Da aplicação destes critérios resultou - segundo Carvalho (1992) - que 50% da pauta de bens tradeable passaram a ter, em julho de 1993, proteção uniforme de 20% e 46% da pauta apresentaram, em princípio, escalada tarifária. Neste sentido, Carvalho e Machado (1994) afirmam que, "em seus princípios gerais, o programa de revisão das tarifas aduaneiras consagra o princípio da escalada tarifária nominal" e que "a escalada das tarifas nominais não é capaz de conferir homogeneidade intra-setorial entre proteção nominal e efetiva, mas - pelo contrário - preserva também uma escalada de proteção efetiva". Neste sentido, concluem os autores que "enquanto na antiga estrutura tarifária, a escalada de proteção era estritamente funcional ao processo de substituição de importações, não há razões aparentes para que esta característica seja preservada na estrutura tarifária vigente com o grau de dispersão atualmente observado".

Embora essencialmente correta, a conclusão acima parece desconsiderar a importância das variáveis ligadas à economia política da liberalização comercial na definição do modelo de reforma adotado pelo Brasil. Integrada à análise do processo a dimensão da economia política, não só a manutenção da escalada tarifária, mas ainda o próprio gradualismo da reforma explicitam sua funcionalidade enquanto elementos de um modelo de transição capaz de conferir legitimidade e sustentabilidade a um processo que não se esgotou com o cronograma concluído em 1993.

A gestão da taxa de câmbio real durante o período de implementação da reforma - marcada por forte desvalorização entre 1990 e 1991 e por razoável estabilidade entre 1991 e 1993 - foi conduzida nesta mesma direção, incentivando exportações e desestimulando uma exposição considerada excessiva da indústria brasileira à competição das importações. Em consequência, a combinação de tarifa nominal e taxa real de câmbio determinou, entre 1990 e 1993 um aumento no custo médio por dólar de importação de cerca de 4%. Finalmente, a estagnação nos níveis de atividade econômica doméstica sancionou a

estratégia gradualista de abertura, inibindo a expansão da demanda por importações, que - no Brasil - apresenta elasticidade-renda superior à elasticidade-preço.

Esta estratégia de liberalização teve duas grandes implicações: a primeira, em relação à evolução dos fluxos de importações industriais durante a liberalização e a segunda referente às estratégias de ajuste da indústria neste período.

3.1. Liberalização comercial e crescimento das importações

A primeira implicação refere-se ao fato do crescimento das importações ter sido moderado no período de liberalização. Entre 1989 e 1993, as importações industriais cresceram 55,4%, o que marca uma ruptura com a estagnação que caracterizou a década de 80, mas não corresponde a uma explosão das compras externas.

A moderação observada no crescimento do valor total das importações deve ser, no entanto, qualificada: a análise da evolução dos índices de preço e quantum das importações indica que, entre 1988 e 1993 - período da reforma comercial - os preços dos produtos importados pelo Brasil se reduziram em 6%, enquanto as quantidades cresceram 116,2%. Na realidade, o crescimento das quantidades é observado ininterruptamente desde 1988, enquanto os preços somente começam a cair a partir de 1991, com a entrada em vigor da liberalização comercial e com a redução do nível de atividade econômica em diversos países que exportam para o Brasil. No período em que se acelerou a reforma comercial - de 1990 em diante - as maiores quedas nos índices de preço foram observadas em bens de consumo (-26,0%) e o maior crescimento nos índices de quantum foi verificado em bens de capital (+87,1%, sobretudo graças ao aumento constatado em 1993).

Entre 1989 e 1993, o crescimento das importações industriais foi particularmente significativo em material de transporte e, em especial, automóveis (+247,2%), em têxteis e vestuário (+173,1%) e em mercadorias e produtos diversos, com peso significativo para brinquedos e artigos de esporte (+227,3%). Plásticos e borracha também cresceram acima da média, mas a taxa (+60,7%) bem inferior àquelas observadas para os três setores acima apontado.

A composição setorial da pauta de importações industriais, entre 1989 e 1993, revela algumas evoluções dignas de registro, apesar da moderação do crescimento global destas importações:

- ❖ Em primeiro lugar, mecânica e material elétrico (com 36,2%) e química (com 20,8%) continuam a ser os setores com maior participação nas importações industriais, embora ambos apresentem ligeiras quedas em suas participações, entre 1989 e 1993⁷;
- ❖ Em segundo lugar, crescem acentuadamente as participações de material de transporte - que duplica no período de (6,1% para 13,7%), graças ao crescimento da importação de automóveis, ônibus e autopeças - de têxteis e vestuário (passando de 3,8% para 6,1%) e de brinquedos e artigos

⁷Em 1989, a participação destes dois setores na pauta de importações industriais era de 36,3% e 23,6%, respectivamente.

esportivos, principais responsáveis pelo incremento das compras externas das chamadas "mercadorias e produtos diversos" no período (de 0,3% para 0,6%);

- ❖ Em terceiro lugar, decresce a participação de setores intensivos em recursos naturais e nos quais o Brasil apresenta vantagens comparativas reveladas: é o caso de celulose e papel (de 3,5% para 2,4%), de metais (de 8,2% para 5,4%), de couros e peles (de 3,0% para 1,2%) e de madeira e suas obras (de 0,3% para 0,2%).

Em três destes setores, as importações permaneceram estagnadas apesar da abertura, enquanto em um deles (couros e peles), elas tiveram queda expressiva (-36,3%) entre 1989 e 1993. Estas alterações na composição setorial das importações parecem indicar que, apesar de crescimento moderado destas, os efeitos da liberalização comercial já foram capazes de emitir os primeiros sinais de tendência à especialização da pauta de importações. Mais importante, o padrão de especialização das importações que se vem delineando não é mais determinado pela lógica do modelo protecionista vigente até o final dos anos 80 - em que cabia às importações tão somente complementar a oferta doméstica - mas antes pela estrutura de vantagens comparativas reveladas e pelo "mapa" da competitividade dos setores industriais no Brasil. Neste sentido, o crescimento das importações nos últimos anos foi maior nos setores reconhecidamente menos competitivos da indústria brasileira e que tiveram seu crescimento estreitamente vinculado aos esquemas de promoção industrial e de proteção comercial vigentes durante a fase de substituição de importações: material de transporte, e elétrico, mecânica e química, entre outros. Nos setores de produção intensiva em recursos naturais - onde o Brasil concentra suas vantagens comparativas - as importações estagnaram, quando não se reduziram, conforme já foi apontado.

As mudanças na composição setorial da pauta de importações industriais foram acompanhadas de alterações também significativas na distribuição geográfica da origem destas importações. O Quadro 8 apresenta um resumo das principais alterações ocorridas, para um conjunto de sete setores que apresentaram crescimento de suas importações entre 1989 e 1993 e que representavam 89,1% das importações industriais do Brasil neste último ano (contra 82,5%, em 1989).

A primeira observação a fazer envolve a perda de posição da ALADI (inclusive Mercosul) em quatro dos sete setores listados e a estabilidade de sua participação em outros dois. Somente em material de transporte, há um crescimento importante da participação da ALADI, o que resulta do incremento das importações automobilísticas originárias da Argentina, no marco do Mercosul e, em boa parte, de estratégias de divisão do trabalho definidas por empresas multinacionais que operam nos dois países.

Neste sentido, o quadro apresentado pelo lado das importações é quase o inverso daquele observado para as exportações dinâmicas no início da década (ver Quadro 6), em que predomina nitidamente o crescimento do Mercosul e da ALADI como mercados de destino das vendas externas do Brasil.

A segunda observação se refere ao aumento da participação de produtos oriundos do Japão e da Ásia-Pacífico (exclusive China) em seis dos sete setores - a exceção ficando por conta de plástico e borracha. Este crescimento é particularmente expressivo em têxteis e vestuário, material de transporte e produtos diversos (brinquedos e artigos de esporte e lazer).

Também a crescente participação de fornecedores originários de regiões não definidas no Quadro 8 (as "Demais") é um dado relevante, principalmente nos setores de plástico e borracha, de têxteis e vestuário e de material de transporte.

Finalmente, cabe ressaltar a ligeira redução da participação das importações industriais oriundas dos EUA no total (de 29,2%, para 26,8%) e - mais interessante - a concentração de suas perdas em quatro setores onde a diferenciação de produto e/ou a inovação são fatores de competitividade: mecânica e material elétrico, material de transporte, instrumentos científicos e diversos. O único ganho significativo de participação dos EUA encontra-se em têxteis e vestuário.

Em todos os quatro setores onde os EUA perdem participação, os países asiáticos apresentam aumentos razoáveis em seus percentuais. Como em três destes setores - à exceção de material de transporte - a ALADI também perde posição, pode-se afirmar que em setores onde a competição depende mais estritamente da capacidade de diferenciação do produto, os países asiáticos - e, em menor medida, para os mesmos três setores, a União Européia - foram os grandes beneficiários da liberalização comercial, deslocando fornecedores geograficamente mais próximos, como os da ALADI e dos EUA.

3.2. O ajuste estrutural da indústria e a liberalização comercial

Apesar do crescimento moderado das importações industriais no período da liberalização e em que pese a reforma comercial ter sido conduzida em um ambiente de instabilidade macroeconômica - o que reduz sua capacidade para sinalizar a emergência de uma nova estrutura de preços relativos - há evidências suficientes de que a abertura foi capaz de induzir ajustes microeconômicos significativos, com impactos sobre a evolução da produtividade. No caso de setores onde era elevado o viés anti-exportador da estrutura de proteção vigente até 1990 (material de transporte e elétrico, mecânica, entre outros), estes ajustes parecem ter contribuído para uma retomada do crescimento das vendas externas, conforme se observou na Seção 2.

Embora não haja emergido uma nova estrutura de preços relativos e apesar da escassez de novos investimentos não permitir que se identifique um novo padrão de alocação das inversões entre os diferentes setores da indústria, a liberalização comercial funcionou como um desincentivo às decisões alocativas e estratégicas que não tivessem como critério a competitividade internacional.

Ademais, apesar do gradualismo da reforma comercial, esta foi majoritariamente percebida como irreversível pelos agentes econômicos e o crescimento das importações ocorreu principalmente em setores fortemente vinculados aos esquemas de promoção e proteção do modelo anterior de industrialização, explicitando as suas deficiências estruturais e acelerando a tomada de decisões de racionalização e de modernização.

Uma recente pesquisa realizada junto a 1136 firmas-líderes de 18 setores industriais (CNI, 1994) confirma a amplitude dos impactos microeconômicos da liberalização comercial. O Quadro 9 apresenta os principais impactos identificados pelos diferentes setores, classificados inicialmente segundo o grau

em que a abertura provocou tais impactos sobre a intensidade da concorrência e sobre os ajustamentos microeconômicos das empresas.

O grande destaque dos dados apresentados é a concentração dos impactos em setores produtores de bens intermediários e de bens de capital, ao passo que os produtos de bens de consumo, sobretudo não-duráveis (alimentos, bebidas, vestuário e calçados, produtos de higiene e beleza) consideravam-se pouco impactados, juntamente com os de papel e metalurgia.

Entre os setores impactados, predomina a simultaneidade dos efeitos positivos e negativos. Somente em couros, os impactos são considerados exclusivamente positivos e apenas em química eles foram avaliados como somente negativos.

Entre os setores pouco impactados, apenas vestuário e calçados destacou efeitos negativos, refletindo o fato de que, dado o atraso tecnológico e gerencial que domina as firmas destes setores, qualquer aumento da competição no mercado doméstico gera impactos sobre níveis de emprego e de rentabilidade das empresas.

A mesma pesquisa revela que as principais reações das empresas-líderes à abertura comercial concentram-se em medidas de racionalização pouco intensivas em novos investimentos materiais e que não implicam revisões nas estratégias de concorrência e de desenvolvimento das firmas. De fato, entre as medidas mais freqüentemente apontadas, destaca-se a importância dos programas de qualidade, a racionalização das linhas de produção e a formação e qualificação da mão de obra. Com uma freqüência muito menor foram apontadas na pesquisa medidas como a redução do grau de diversificação da produção, as fusões e incorporações de empresas e a substituição da produção local pelas importações. Mesmo o aumento de importações de peças e componentes somente obteve, entre um conjunto de onze medidas listadas, o oitavo lugar no ranking empresarial.

Estas informações sugerem que, embora irreversíveis, estes ajustamentos correspondem a um primeiro movimento generalizado de racionalização produtiva e de ajuste nos níveis de custos, operado em condições que se pode considerar privilegiadas para a indústria. Isto na medida em que as importações cresciam lentamente, enquanto as condições macroeconômicas e alguns elementos externos (aprofundamento do Mercosul, retomada do crescimento nos países da ALADI) favoreciam a retomada de um ciclo de expansão das exportações.

Neste quadro, encadeamentos que levam da perda de posição no mercado doméstico à queda da rentabilidade da produção local e daí à redução acentuada do nível e investimento e à desindustrialização - observados, por exemplo, em alguns setores industriais da Argentina - praticamente não se verificaram no Brasil. Mesmo os setores mais impactados pela liberalização comercial puderam beneficiar-se - às vezes de forma particularmente intensa - do crescimento das exportações observado desde 1991 e, a partir de 1993, também da expansão da demanda doméstica.

Nas condições prevalentes entre 1991 e o primeiro semestre de 1994, a liberalização comercial contribuiu para a expansão simultânea de exportações e importações industriais. É possível formular a

hipótese de que, em um ambiente macroeconômico de inflação elevada, a indústria brasileira tenha sido a grande beneficiária da abertura, reduzindo custos de produção, através da importação de componentes e matérias-primas, bem como dos programas de racionalização, e recompondo suas margens de lucro em um mercado doméstico onde o controle de preços foi completamente abolido em 1992⁸.

IV. CONCLUSÕES

Os primeiros anos da década de 90 testemunharam a retomada do crescimento das exportações de manufaturados brasileiros, relativamente estagnadas na segunda metade dos anos 80. Neste novo ciclo de crescimento, revelaram particular dinamismo setores produtores de bens manufaturados não intensivos em recursos naturais, revertendo - ainda que parcialmente - a forte tendência à especialização internacional da indústria brasileira em bens intensivos no uso destes recursos.

Diversos fatores parecem haver contribuído para esta evolução: no plano externo, o aprofundamento da integração sub-regional no Cone Sul e a retomada do crescimento no conjunto da América Latina, para onde o Brasil exporta essencialmente manufaturas. No plano doméstico, contribuíram positivamente fatores macro-econômicos (desaceleração do crescimento da demanda e estabilidade da taxa de câmbio real em nível elevado) e estruturais, estes vinculados aos ganhos de produtividade e ao aumento de eficiência, induzidos em boa medida pelo início da liberalização comercial.

Esta, por sua vez, é o principal fator a explicar o aumento do fluxo de importações industriais a partir de 1988 e a estratégia de liberalização gradual e seletiva encontra-se na origem do crescimento moderado das vendas externas - para o qual também contribuíram os mesmos fatores macroeconômicos que incentivaram as exportações neste período.

A entrada em vigor do programa de estabilização implementado em julho de 1994 parece, no entanto, alterar significativamente o ambiente doméstico e, em especial, as variáveis macroeconômicas que têm impactos sobre o comércio exterior. O uso da taxa de câmbio nominal como âncora dos preços domésticos levou o índice de taxa de câmbio real efetiva, em novembro, a 75% do seu valor de junho de 1994. Novas reduções tarifárias aplicadas em setembro a matérias-primas, bens de capital e alguns bens duráveis de consumo, aliadas à antecipação da entrada em vigor da Tarifa Externa Comum negociada no Mercosul (anteriormente prevista para 1º de janeiro de 1995), reduziram de 14% para 12% a média das tarifas nominais de importação do país.

A combinação das evoluções observadas na gestão das tarifas e da taxa de câmbio determinou a redução de 28,6% no custo por dólar de importação, entre 1993 a outubro de 1994, ampliando sobremaneira o grau de exposição da indústria brasileira à competição potencial dos produtos importados.

⁸Esta forte recomposição de margens de lucro nos mercados doméstico, patente sobretudo em 1993, pode também ajudar a explicar o desempenho exportador neste período. Neste quadro, as exportações continuaram a ser feitas, mesmo com a valorização real da moeda nacional observada entre 1992 e 1993 (de cerca de 9%).

Estas evoluções tendem a incentivar importações e a desestimular exportações: em novembro de 1994, a balança comercial mensal do Brasil apresentou déficit pela primeira vez desde 1986 e, para este resultado, a contribuição do crescimento das importações foi muito superior à da redução das exportações.

Por outro lado, o crescimento da produtividade do trabalho não parece ter se esgotado e, entre janeiro e agosto de 1994, os dados oficiais para a indústria apontam para uma taxa anualizada de 8,3% e para taxas muito superiores à média no caso dos setores mais afetados pela liberalização comercial: material elétrico (24,2%), mecânica (16,7%), química (14,5%) e material de transporte (13,5%). Estes resultados - aliados aos efeitos comerciais de decisões microeconômicas de investimentos voltados para a exportação ou para a exploração de oportunidades associadas à integração sub-regional - podem sustentar o dinamismo das exportações, contrapondo-se aos efeitos negativos da evolução das variáveis macroeconômicas com impactos sobre a rentabilidade relativa das vendas externas.

Parece claro que o excelente desempenho exportador dos últimos três anos esteve associado a uma conjunção de fatores conjunturais externos e domésticos que já se vai alterando com rapidez. Neste sentido, as mudanças domésticas em curso podem reverter, ainda que parcialmente, as tendências que pareciam se consolidar nos últimos anos. No entanto, os efeitos estruturais provocados pelo crescimento simultâneo de exportações e importações industriais contribuíram para que as empresas efetuassem ajustes microeconômicos - antecipando-se ao ajustamento macro - em condições muito favoráveis e, com isto, ampliassem sua capacidade para resistir aos impactos (anti-competitivos no curto prazo) de um programa de estabilização apoiado na valorização real da moeda nacional.

TABELAS

Quadro 1

Evolução das exportações segundo classes de produtos (US\$ bilhões)

Anos	Básicos	Industrializados		Total
		Semi-manufaturados	Manufaturados	
1974	4,56	0,92	2,26	7,95
1980	8,49	2,35	9,03	20,13
1984	8,71	2,87	15,13	27,01
1988	9,41	4,89	19,19	33,79
1990	8,75	5,11	16,99	31,39
1991	8,74	5,36	17,10	31,64
1992	8,84	5,17	21,47	35,98
1993	9,37	5,45	23,49	38,62

Fonte: DTIC/MICT.

Quadro 2

Indicadores da competitividade da indústria brasileira

Setores da Indústria	Custo unit. do trabalho	Produtividade	Salário/hora	Exportação/ produção	Importação/ consumo
Vestuário/calçados	1,42	1,0307	1,4670	1,17	4
Farmacêutica	1,37	1,0230	1,4034	0,74	1,33
Fumo	1,30	1,1865	1,5400	0,88	12
Mecânica	1,19	1,2912	1,5404	0,01	0,6
Vidro, cimento e cerâmica	1,09	1,2214	1,3324	0,51	1,13
Produtos alimentares	1,09	1,3527	1,4742	0,57	2,33
Química	1,07	1,4942	1,4953	0,85	1,34
Plásticos	1,06	1,1258	1,1974	1,89	1,83
Borracha	1,03	1,3283	1,3688	1,18	0,96
Têxtil	1,00	1,32	1,3213	1,07	1,79
Material elétrico e de comunicações	1	1,684	1,6800	1,57	1,31
Metalurgia	0,99	1,562	1,5432	1,88	2,49
Material de transporte	0,97	1,453	1,4166	1,24	1,25
Produtos de higiene e beleza	0,97	1,9143	1,8592	2,41	2,13
Papel	0,97	1,525	1,4747	1,25	1,19
Bebidas	0,96	1,2203	1,1680	0,69	0,88

Fonte: Amadeo e Villela (1994).

Quadro 3
Coefficiente direto de recursos naturais segundo
índice de vantagens comparativas(*)

Atividades, segundo intensidade de recursos	VCR 88	VCR média 1980/88
10+	0,2555	0,2685
10-	0,0306	0,0189
20+	0,2165	0,2499
20-	0,1173	0,0803

(*) Média ponderada pela participação no comércio exterior do coeficiente direto de recursos naturais das atividades, ordenadas de acordo com índice de vantagens comparativas. Elaboração: Nonnenberg (1991).

Quadro 4
Participação das exportações brasileiras nos mercados de destino

Discriminação	Participação (%) das exportações brasileiras no total das importações da região				Variação da participação (%) das exportações brasileiras entre 1984/85 e 1989/90 (1)			
	Mundo	Europa Ocidental	NAFTA	Resto América	Mundo	Europa Ocidental	NAFTA	Resto Mundo
Mat. de construção	0,86	3,62	2,04	10,92	0,05	1,55	0,15	1,34
Metalurgia	2,74	7,17	5,00	17,24	0,06	0,82	0,11	3,87
Máquinas e equipamentos	0,35	0,60	0,79	4,80	-0,07	0,19	-0,10	-0,05
Equipamentos de transporte	0,81	1,77	2,06	7,91	-0,06	-0,73	0,39	3,36
Madeira, papel e celulose	1,06	5,73	3,78	7,45	-0,21	-0,20	-0,24	-0,40
Produtos químicos	0,67	2,11	0,93	6,64	-0,40	-0,02	-1,73	
Têxtil, vestuário e calçados	1,06	2,45	3,00	4,10	-0,73	-1,35	-1,72	-3,27
Alim. e bebidas	2,99	11,24	7,37	6,27	-1,94	-3,37	-5,67	0,90
Prods. energéticos	0,22	0,02	1,25	0,96	-0,24	-0,04	-1,03	0,02
Outros industriais	0,35	0,60	0,79	4,80	-0,19	-0,32	-0,32	-0,60
Total, exclusive petróleo	1,08	2,34	2,34	6,57	-0,46	-1,02	-1,11	0,98

Fonte: BNDES (1993), Quadros 3, 1 e 4.2, a partir de informações do banco de dados CHELEM. (1) pontos de porcentagem.

Quadro 5
Coeficiente de exportações por gênero da indústria (X/P)

Gênero da Indústria	1970	1980	1985	1990
Produtos de minerais não-metálicos	1,54	2,92	8,99	2,96
Metalúrgica	3,57	4,69	10,90	15,84
Mecânica	4,52	10,85	12,64	3,39
Material elétrico e de comunicações	1,99	5,20	5,92	6,39
Material de transporte	1,12	10,06	14,13	13,13
Madeira	19,97	10,90	14,99	16,85
Mobiliário	0,36	0,72	1,70	1,62
Papel e papelão	1,02	10,55	11,02	13,21
Borracha	2,24	4,95	10,15	8,23
Couros e peles e produtos similares	25,60	14,72	15,87	20,31
Química	3,89	8,97	13,46	12,31
Produtos farmacêuticos e veterinários	0,21	2,39	3,49	1,94
Perfumaria, sabões e velas	2,54	2,54	2,11	1,06
Produtos de materiais plásticos	0,08	1,49	3,81	0,62
Têxtil	3,19	6,35	7,91	7,41
Vestuário, calçados e artef. de tecidos	1,65	6,93	13,65	11,37
Produtos alimentares	9,44	24,78	22,12	11,04
Bebidas	0,42	7,86	5,66	1,21
Fumo	13,59	30,72	44,72	27,27
Editorial e gráfico	0,38	1,07	1,28	0,49
Diversos	2,29	8,53	8,79	7,35
Total	4,51	9,68	12,83	9,32

Fonte: BNDES.

Quadro 6
Destino das exportações brasileiras para setores selecionados da indústria (1989/1993)

Setores/Regiões	ALADI		EUA		UE		Japão/Ásia Pacif.		Demais		
	Ano	89	93	89	93	89	93	89	93	89	93
Química		24,5	40,0	21,1	17,1	29,9	16,4	13,6	14,6	10,9	11,8
Plástico/Borracha		25,4	51,2	18,7	18,5	15,9	10,7	5,8	3,0	34,2	16,6
Têxteis/Vestuário		10,6	35,6	25,5	25,7	27,2	23,2	11,4	4,7	25,3	10,8
Mecânico/Ap.eletr.		20,5	41,6	42,0	32,0	17,2	12,8	2,9	2,5	17,4	11,1
Mat.Transporte		19,2	59,2	34,9	15,6	27,3	11,0	1,3	4,7	17,3	9,5
Instrumentos e Ap.Científicos		16,5	33,1	52,6	34,9	15,9	17,0	2,6	2,0	12,4	13,0

Fonte: DTIC/MICT.

Quadro 7

Brasil: tarifa nominal por setor (Ponderada pelo valor da produção)

Gênero	1990	1991	1992 (Janeiro)	1992 (Outubro)	1993 (Julho)
Minerais não-metálicos	24,50	14,49	12,00	8,34	7,52
Metalúrgica	23,67	18,14	15,18	12,51	10,62
Mecânica	39,50	30,39	25,89	20,99	19,66
Material elétrico	39,62	34,34	30,59	25,91	21,05
Material de transporte	55,92	42,30	35,46	28,63	25,73
Madeira	22,45	12,91	11,84	10,91	10,33
Mobiliário	39,17	32,06	24,83	20,00	20,00
Papel e papelão	23,13	12,94	10,14	8,66	8,51
Borracha	49,60	36,14	28,83	21,42	16,21
Couros e peles	14,32	12,37	11,15	9,87	8,65
Química	13,37	18,23	8,36	7,41	7,04
Farmacêutica	25,99	19,55	16,55	13,44	13,33
Perfumaria	59,24	42,58	29,24	24,39	19,77
Matéria plástica	39,96	33,99	28,85	19,97	18,61
Têxtil	38,76	37,64	29,49	24,07	16,56
Vestuário e calçados	49,97	46,29	36,74	27,11	19,98
Alimentos	27,38	21,33	17,52	15,56	13,89
Bebidas	75,14	63,71	53,62	34,81	19,76
Fumo	79,58	70,00	60,42	37,50	19,17
Editorial e gráfica	20,91	11,42	9,84	9,01	8,71
Diversos	44,82	36,36	29,69	23,13	17,86

Fonte: Funcex.

Quadro 8

Origem geográfica das importações industriais (1989/1993)

Regiões/Setores	ALADI		EUA		UE		Japão/Ásia-Pacif.		Demais	
	89	93	89	93	89	93	89	93	89	93
Química	14,0	8,8	25,3	26,2	35,1	34,4	3,5	5,2	22,1	25,4
Plástico/borracha	14,3	15,1	36,0	37,9	27,5	27,6	13,8	5,6	8,4	13,8
Têxteis/vestuário	75,9	26,9	7,5	12,8	10,7	16,7	2,0	9,1	3,9	34,5
Mecânica/mat. elétrico	3,3	3,6	34,5	29,1	30,1	33,4	20,5	23,2	11,6	10,7
Material transporte	8,7	20,7	36,8	23,4	35,7	21,9	14,9	26,7	3,9	7,3
Instrum.científicos	4,1	1,2	37,4	33,8	27,7	29,2	20,4	26,0	10,4	9,8
Diversos(*)	19,3	4,6	23,8	16,0	20,1	23,9	22,9	42,2	13,9	13,3

Fonte: DTIC. (*) inclui brinquedos e artigos de esporte e lazer.

Quadro 9
Impactos setoriais da liberalização comercial (1994)

Discriminação	Maior concorrência e ajustes importantes	Impactos positivos (*)	Impactos negativos (**)
Setores impactados	T, MT, MEC, C, Me, Bo, Pl, Q, VCC	T, MT, MEC, C, Me, Bo, Pl, VCC	T, MT, MEC, Me, Bo, Pl, Q
Setores pouco impactados	Met, VC, PB, Pa, Mb, Fa, A, B	Met	VeC

Fonte: CNI (1994) - Elaboração própria.

Obs.: (*) sobre os custos e a produtividade, os investimentos e as exportações.

(**) sobre o nível de emprego, as margens de lucro e as parcelas de mercado doméstico.

Glossário

T = Têxtil

MT = Mat. de Transporte

MEC = Mat. Elétrico e de Comunicações

C = Couro

Me = Mecânica

Bo = Borracha

Pl = Plástico

Q = Química

VCC = Vidro, Cerâmica e Cimento

Met = Metalúrgica

VeC = Vestuário e Calçados

PB = Produtos de higiene e beleza

P = Papel

Mb = Móveis

Fa = Farmacêuticos

A = Alimentos

B = Bebidas

BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, E. e VILLELA, A. (1994) - Crescimento da produtividade e geração de empregos na indústria brasileira - Revista do BNDES - n° 1, junho.
- BNDES (1993) - A inserção das exportações brasileiras no comércio internacional de mercadorias: uma análise setorial - setembro.
- BONELLI, R. (1992) - Fontes de crescimento e competitividade das exportações brasileiras na década de 80 - in Revista Brasileira de Comércio Exterior n° 31 - abril/junho - Funcex.
- CARVALHO, M.C. (1992) - Alguns aspectos da política tarifária recente - Texto para Discussão n° 74 - Funcex.
- CARVALHO, M.C. e MACHADO, J.B. (1994) - A escalada tarifária na reforma aduaneira - in RBCE n° 38, janeiro/março, Funcex.
- CNI (1994) - Abertura comercial e estratégia tecnológica: a visão de líderes industriais brasileiros em 94 - junho.
- NONNEMBERG, M. (1991) - Vantagens comparativas reveladas, custo relativo de fatores e intensidade de recursos naturais: resultados para o Brasil - 1980/1988 - Texto para Discussão n° 214 - IPEA.
- PINHEIRO, A.C. (1993) - O comércio exterior brasileiro de 1974 a 1992 - in RBCE n° 37 - outubro/dezembro, Funcex.
- PINHEIRO, A.C.; BORGES, C.P.; ZAGURY, S.; MESQUITA, M. (1994) - Uma avaliação setorial da política de incentivos às exportações no Brasil - in Perspectivas da Economia Brasileira 1994 - IPEA.
- VEIGA, P.M. (1994) - L'industrie brésilienne dans la transition: vers Un nouveau modèle productif? - paper elaborado para o Centro de Desenvolvimento da OCDE - versão preliminar - setembro.
- VEIGA, P.M. (1991) - Exportações brasileiras: desempenho, especialização internacional e mudança estrutural - Texto para Discussão n° 56, Funcex.



Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

www.funcex.com.br

Endereço/Adress

Av. Rio Branco, 120, Grupo 707, Centro
20.040-001 Rio de Janeiro RJ - Brasil

Telefones/Calls

(55.21) 2509-2662, 2509-4423

Fax

(55.21) 2221-1656

E-mail

funcex@funcex.com.br